



**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo n.º 13/2024, em que é recorrente **Joaquim Tavares Gomes** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

# TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

## ACÓRDÃO N.º 44/2024

*(Autos de Amparo 13/2024, Joaquim Tavares Gomes v. Supremo Tribunal de Justiça, Inadmissão por Não-Correção Tempestiva das Deficiências de que o Recurso Padecia)*

### I. Relatório

1. O Senhor Joaquim Tavares Gomes interpôs recurso de amparo, impugnando o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, que não identifica, proferido no Processo N.º 23/9. Os fundamentos apresentados na sua petição inicial já haviam sido sumarizados no relatório do Acórdão 35/2024, de 6 de maio, Joaquim Tavares Gomes v. STJ, *Aperfeiçoamento por ausência de indicação de condutas que pretende que o TC escrutine, por imprecisão na definição dos amparos que almeja obter e falta parcial de junção de documentos essenciais à aferição de admissibilidade do pedido*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 27 de maio de 2024, pp. 1150-1153, da seguinte forma:

1.1. O acórdão recorrido, que diz estar junto como doc. 1, ao negar provimento às pretensões do recorrente, mantendo nos precisos termos a decisão da primeira instância, terá violado, de forma flagrante, vários direitos fundamentais, nomeadamente, o número 1 do artigo 28 da Constituição da República de Cabo Verde (CRCV), que estabelece que “[a] vida humana e a integridade física e moral das pessoas é inviolável”, direito que, por ter natureza de direito fundamental, possuiria, na sua opinião, eficácia imediata, seja qual for o tipo de relação jurídica que esteja em causa, por força do disposto no artigo 18 da Lei Fundamental.

## 1.2. Sobre as razões de facto diz que,

1.2.1. No dia 14 do mês de fevereiro de 2009, quando se dirigia para a cidade da Praia, vindo de Santa Catarina, conduzindo uma viatura Toyota Dyna 150, por volta das 11H40, sofreu um acidente de viação na estrada de São Domingos, tendo resultado do mesmo a amputação de quatro dedos da sua mão esquerda, ficando o dedo polegar e o resto da mão intactos;

1.2.2. Ao ser evacuado para o Hospital Agostinho Neto, na cidade da Praia, teria trazido consigo os quatro dedos devidamente condicionados em gelo para o caso de se considerar a hipótese do seu enxerto naquele hospital;

1.2.3. Tendo chegado ao Banco de Urgências do referido Hospital, por volta das 13H00, teria sido observado pela médica de serviço e pelo cirurgião ortopédico, Dr. Graciano, tendo-lhe sido administrada uma injeção e de seguida conduzido ao bloco operatório onde viria a ser operado à mão, estando até esse momento com “plena consciência dos factos e firmeza moral”;

1.2.4. Antes da intervenção cirúrgica não teria sido feita qualquer radiografia à mão através da qual se pudesse ter um real diagnóstico da sua situação e nem tão pouco se lhe teria pedido qualquer consentimento para o ato médico que viria a ser praticado;

1.2.5. Afirma ter tomado conhecimento do facto de lhe terem amputado o que restava da mão esquerda, sem o seu consentimento, três dias após a intervenção cirúrgica, quando ia fazer o respetivo curativo;

1.2.6. Por isso, inconformado e revoltado com tal situação, teria pedido explicações sobre os motivos que teriam levado à amputação da totalidade da mão já que, no seu entender, o dedo polegar e o que restava da mão não teriam sofrido quaisquer ferimentos nem fraturas;

1.2.7. Ao despertar dos efeitos anestésicos teria ouvido os médicos que rodeavam a sua cama censurar o comportamento do cirurgião, questionando: “[e] se o paciente recorrer ao tribunal? Ele está no seu direito!”;

1.2.8. Além disso, teria ainda sido abordado por uma enfermeira que lhe pediu para fazer uma radiografia à mão direita na posição invertida, o que teria recusado por achar incompreensível;

1.2.9. O próprio “diretor da clínica” ter-se-ia condoído da sua situação e lhe pedido desculpas;

1.2.10. Dada à sua tamanha indignação teria saído do Hospital e se dirigido à Televisão de Cabo Verde onde teria feito uma denúncia pública sobre a forma como tinha sido tratado pelo médico cirurgião do Hospital Agostinho Neto;

1.2.11. Que os tribunais que intervieram, nomeadamente o tribunal de instância e na sequência de recursos, o Tribunal da Relação de Sotavento e o Supremo Tribunal de Justiça, limitaram-se a fazer análises superficiais dos factos, não promovendo uma análise crítica das provas;

1.2.12. Não entendendo como puderam concluir que não se tinha provado que o ora recorrente estava em estado consciente, quando foi atendido pelo médico-cirurgião.

1.3. Discorre sobre algumas questões de direito,

1.3.1. Parecendo centrar-se na questão da falta da fundamentação, por razões que comenta criticamente;

1.3.2. E de apreciação de questões que entende que o STJ deveria ter apreciado.

1.4. Conclui arrolando um conjunto de direitos de sua titularidade e princípios constitucionais que terão sido violados.

1.4.1. Nomeadamente, a garantia de processo justo e equitativo, o direito a ser informado e de conceder consentimento, princípios fundamentais da administração da justiça, e “vários outros princípios constitucionais”, e ainda o que chama de “direito da [seria de???] livre apreciação e crítica da prova”;

1.4.2. Isso pelo facto de o STJ, segundo diz, sem investigar os factos, ter decidido manter nos precisos termos a decisão de primeira instância, atentatória dos seus direitos fundamentais invocados.

1.5. Termina o seu arrazoadado rogando a esta Corte Constitucional que conceda provimento ao presente recurso e em consequência seja revogado o Acórdão do Tribunal da Relação de Santiago (terá querido dizer de Sotavento).

1.6. Junta: 5 (cinco) documentos:

1.6.1. Recurso do recorrente da decisão da primeira instância para o Supremo Tribunal de Justiça (Doc. 1);

1.6.2. Acórdão do Tribunal da Relação de Sotavento n.º 124/0019 (Doc. 2);

1.6.3. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça que negou a Revista (Doc. 3);

1.6.4. Requerimento com pedido de reparação dos direitos alegadamente violados (Doc. 4);

1.6.5. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça que indeferiu o requerimento para a reparação dos direitos alegadamente violados.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei n.º 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público para a emissão de parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito S. Excia. o Senhor Procurador-Geral da República, que articulou os seguintes argumentos:

2.1. O recorrente estaria provido de legitimidade por ser pessoa direta, atual e efetivamente afetada pelo acórdão recorrido que não atendeu às suas pretensões;

2.2. Teriam sido esgotados todos os meios ordinários de defesa de direitos, liberdades e garantias, estabelecidos pela respetiva lei do processo e a violação teria sido expressa e formalmente invocada no processo logo que o recorrente dele teve conhecimento e requereu a sua reparação;

2.3. No entanto, suscitar-lhe-iam dúvidas sobre a tempestividade do recurso, tendo em consideração que dos autos não se extrai, e também o recorrente não diz, quando é que foi notificado do acórdão ora impugnado;

2.4. Seria por isso de parecer que o recorrente devia ser convidado a suprir a indicada insuficiência, ao abrigo do artigo 17 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, juntando documento que comprovasse a data da notificação da decisão impugnada.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 22 de março de 2024, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo decisão de aperfeiçoamento, nos termos da qual se determinou notificação do recorrente para, sem a necessidade de reproduzir toda a peça, aperfeiçoar o seu recurso: a) clarificando a(s) conduta(s) que pretende que o Tribunal escrutine; b) carreando para os autos elementos que permitam ao Tribunal atestar a data em que foi notificado do acórdão que terá recusado reparar eventual violação de direito que tenha ocorrido, e qualquer outro documento que pretenda ver considerado, conforme for o que pretenda especificamente impugnar; c) especificando qual(is) o(s) amparo(s) que pretende que lhe seja(m) outorgado(s) para que sejam restabelecidos os seus direitos, liberdades e garantias fundamentais alegadamente violados.

3.1. Lavrada no *Acórdão 35/2024, de 6 de maio, Joaquim Tavares Gomes v. STJ, Aperfeiçoamento por ausência de indicação de condutas que pretende que o TC escrutine, por imprecisão na definição dos amparos que almeja obter e falta parcial de junção de documentos essenciais à aferição de admissibilidade do pedido*, Rel: JCP Pina Delgado;

3.2. A decisão foi notificada ao recorrente no dia 7 de maio, às 08h54. Em resposta à mesma o recorrente protocolou uma peça de aperfeiçoamento do seu recurso, no dia 9 de maio, onde indicou a data da notificação dos *Acórdãos 120/2023, de 19 de dezembro e 12/24, de 29 de fevereiro*, e apresentou em jeito de questionamento ao Tribunal sobre a constitucionalidade e legalidade, um conjunto de condutas que diz pretender ver escrutinadas. Juntou à sua peça as respetivas certidões de notificação dos *Acórdãos 120/2023 e 12/2024*.

4. Marcada sessão de julgamento para o dia 17 de maio, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

## II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado,

publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser



legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).”

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição.

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições

jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo, ela própria, eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação.

2.3.4. Na situação vertente, pode-se dizer que, no geral, o recorrente, além de ter apresentado a sua peça na secretaria deste Tribunal, indicando expressamente que se trata de um recurso de amparo, incluiu uma exposição das razões de facto que a fundamentam e integrou um segmento conclusivo resumindo por artigos os fundamentos de facto e de direito que suportam o seu pedido.

2.4. Todavia, o recurso apresentado pelo recorrente padecia de certas imperfeições, especialmente porque o Tribunal não conseguiu identificar quais as condutas que pretendia impugnar e também porque não foi juntado aos autos qualquer documento onde estivesse assinalada a data da notificação dos arestos impugnados.

2.4.1. Destarte o *Acórdão 35/2024, de 6 de maio, Joaquim Tavares Gomes v. STJ, Aperfeiçoamento por ausência de indicação de condutas que pretende que o TC escrutine, por imprecisão na definição dos amparos que almeja obter e falta parcial de junção de documentos essenciais à aferição de admissibilidade do pedido*, Rel: JCP Pina Delgado,

2.4.2. Determinou que o recorrente clarificasse a(s) conduta(s) que pretende que o Tribunal escrutine, especificasse qual(is) o(s) amparo(s) que pretende que lhe seja(m) outorgado(s) para que sejam restabelecidos os seus direitos, liberdades e garantias fundamentais alegadamente violados e carresse para os autos elementos que permitam ao Tribunal atestar a data em que foi notificado do acórdão que terá recusado reparar eventual violação de direito que tenha ocorrido, e qualquer outro documento que pretenda ver considerado, conforme for o que pretenda especificamente impugnar.

3. A admissibilidade de um aperfeiçoamento determinado pelo Tribunal Constitucional em acórdão tirado em sede de recurso de amparo depende de, primeiro, a peça protocolada por um recorrente entrar dentro do prazo previsto pelo artigo 17 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*; segundo, de corresponder às injunções feitas pelo aresto;

3.1. Se, por um lado, não estará em causa que a peça de aperfeiçoamento foi oportunamente colocada, haja em vista que, tendo o recorrente sido notificado no dia 7 de maio de 2024, protocolou-a dois dias depois;

3.2. Já, do outro,

3.2.1. Apesar de ter juntado as certidões de notificação dos acórdãos que diz impugnar, não se pode considerar que tenha logrado cumprir com o determinado pelo Tribunal Constitucional no *Acórdão 35/2024, de 6 de maio*, em relação às condutas que pretende que o Tribunal escrutine, na medida em que na sua petição inicial diz que interpõe o recurso por não se ter conformado com o “Acórdão do Supremo tribunal de Justiça proferid[o] no processo acima identificado”, que teria negado provimento às pretensões do recorrente, mantendo nos precisos termos a decisão de primeira instância, o que a seu ver teria violado vários direitos fundamentais;

3.2.2. Mas na sua peça de aperfeiçoamento, o recorrente deixa entender que os atos que diz consubstanciarem as condutas que pretende ver escrutinadas por esta Corte teriam sido praticados pelo Ministério Público, em representação do Estado de Cabo Verde, transmitido amiúde a ideia de estar a solicitar ao Tribunal Constitucional um parecer sobre a constitucionalidade e legalidade dessas hipotéticas condutas, ao expressar-se da seguinte forma:

A – O recorrente pretende que seja escrutinada a conduta do Réu (Estado de Cabo Verde, representado pelo Ministério Público), de, depois de devidamente citado, ter levado 9 (nove) meses para contestar a ação, não viola de forma flagrante os artigos 138.º, nº 3 e 4 e 137.º do C.P.C e os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º da Constituição da República de Cabo Verde;

B – Escrutinar se a conduta do Réu não violou os artigos 465.º, nº 3, 2.ª parte e 449.º todos do CPC, tornando assim a sentença nula por violação da lei;

C – Escrutinar se a conduta do Réu não viola o artigo 24.º da Constituição de Cabo Verde, segundo o qual ‘Todos os cidadãos têm igual dignidade social e são iguais perante a lei, ninguém podendo ser privilegiado, beneficiado ou prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de raça, sexo, ascendência, língua, origem, religião, condições sociais e económicas ou convicções políticas ou ideológicas’;

D – Escrutinar se o acordo conciliatório celebrado entre o recorrente e o representante do Réu e, entretanto, posteriormente quebrado não viola o princípio da boa-fé e da segurança jurídica decorrente do estado Democrático de Direito; Cfr. Doc. 1.

E – Escrutinar se a desarticulação da mão ao nível do pulso sem o prévio consentimento informado, tendo em conta que esteve sempre consciente e com conhecimento dos factos até ao momento em que foi conduzido ao bloco operatório, não viola o artigo 28.º da Constituição da República de Cabo Verde;

F – Escrutinar se os bens jurídicos liberdade e autodeterminação que se encontram abarcados no direito ao livre desenvolvimento da personalidade, previsto no artigo 29.º, da Constituição da República não foram violados;

3.3. A bem da verdade, a partir na sua peça de aperfeiçoamento, do que diz serem as condutas a serem escutinadas, com algum esforço, este Tribunal apenas conseguiria identificar:

3.3.1. Uma conduta atribuída ao Ministério Público, enquanto representante do Estado no processo, que, aparentemente, consubstanciar-se-ia no facto de ter levado 9 (nove) meses para contestar a ação, o que no entender do recorrente teria vulnerado uma

série de direitos fundamentais, e um conjunto de atos ou omissões que são imputados ao Réu, o Estado;

3.3.2. E uma vaga intenção de impugnar algo que teria que ver com o facto de a sua mão ter sido desarticulada ao nível do pulso sem o seu prévio consentimento informado, tendo em conta que esteve sempre consciente e com conhecimento dos factos até ao momento em que foi conduzido ao bloco operativo.

3.4. Não compete a este Tribunal definir as condutas que o recorrente pretende impugnar (*Acórdão 29/2023, de 20 de março, Emiliano Joaquim Mendes Sanches v. TdC, Aperfeiçoamento por Obscuridade na Indicação das Condutas Impugnadas; do Ato Lesivo e da Entidade Responsável pela Lesão dos direitos, liberdades e garantias que invoca e do amparo que se pretende obter*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 37, 11 de abril de 2023, pp. 928-930, 2.3.2; *Acórdão 50/2023, de 10 de abril, Mário José Avelino v. TRS, Aperfeiçoamento por Obscuridade na Indicação da Conduta Impugnada e por Dúvidas em Relação a um dos Parâmetros Invocados*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 44, 21 de abril de 2023, pp. 1083-1085, 2.3.2.; *Acórdão 61/2023, de 26 de abril, Dénis de Jesus Delgado Furtado v. STJ, Aperfeiçoamento por obscuridade na identificação das condutas impugnadas e por falta de junção de documentos essenciais à aferição de admissibilidade do amparo*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 57, 22 de maio de 2023, pp. 1260-1263, 2.3.2; *Acórdão 77/2023, de 12 de maio, Hélio dos Santos Abreu v. STJ, Aperfeiçoamento por Falta de Junção de Documentos Essenciais à Aferição de Admissibilidade do Amparo; por Obscuridade na Definição das Condutas Impugnada*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 59, 25 de maio de 2023, pp. 1330-1334, 2.3.2.; *Acórdão 99/2023, de 14 de junho, Pedro dos Santos da Veiga e outros v. Tribunal da Relação de Sotavento, Aperfeiçoamento por Falta de Indicação de Conduta em Segmento Decisório do Acórdão Impugnado; Ausência de Autonomização das Peças de Amparo; Deficiências na Formulação dos Amparos e Omissão de Junção de Documentos Relevantes*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 69, 22 de junho de 2023, pp. 1372-1377. 2.3.2), especialmente quando lhe foi concedida a oportunidade de através do aperfeiçoamento da sua petição indicar especificamente a(s) conduta(s) que teria(m) violado os seus direitos fundamentais, e qual(is) o(s) amparo(s) concreto(s) que visam obter em relação a cada conduta que tenha

vulnerado posições jurídicas que tenham. O que constata é que a forma como indica as condutas que pretende que sejam escrutinadas é no mínimo confusa e imprecisa.

3.4.1. Ainda assim, não se pode deixar de realçar que mesmo que o Tribunal considerasse que estariam satisfeitos tais pressupostos, o que está longe de acontecer, pois as únicas que projetam alguma definição teriam reduzidas probabilidades de serem admitidas a trâmite, na medida em que,

3.4.2. Segundo se pode entender pelo alegado pelo recorrente, tal conduta consubstanciar-se-ia no facto de o Ministério Público ter levado nove meses para oferecer contestação, o que teria violado o seu direito de obter em prazo razoável a tutela jurisdicional efetiva dos seus direitos ou interesses legalmente protegidos (artigo 22 número 1 da CRCV), o que levanta problemas de atributibilidade e problemas de cumprimento do pressuposto de tempestividade na suscitação da violação.

3.4.3. Primeiro, porque, como diz, o ato formal impugnado é o *Acórdão 120/2023, de 23 de dezembro* do STJ, implicando que as condutas desafiadas tenham sido praticadas através das interpretações concretas acolhidas por este aresto específico, não facto ou omissão, remota ou abstratamente, atribuíveis ao MP;

3.4.4. Segundo, porque, face à demora do MP em oferecer contestação, o requerente podia e devia ter atuado no sentido de alertar o próprio órgão em causa ou o tribunal competente para essa situação;

3.4.5. Outrossim, fala em conduta do Réu, o Estado, entidade inidónea para figurar no polo passivo de um recurso de amparo colocado contra uma decisão do poder judicial, e pede escrutínio em muitos itens sem que se consiga determinar qual é o seu teor concreto, coloca questões abstratas, sobre se “a desarticulação de mão ao nível do pulso sem o prévio consentimento informado, tendo em conta que [o recorrente] esteve sempre consciente e com conhecimento dos factos até ao momento em que foi conduzido ao bloco operatório, não viola o artigo” 28 da CRCV, sem que este Coletivo tenha elemento suficientes para determinar qual é o ato ou omissão concretos que relativos a esta questão pretende atribuir ao acórdão impugnado do STJ.

4. Portanto, o que se verifica no caso em apreço é que, claramente, não foram corrigidas as insuficiências do recurso conforme assinaladas pelo *Acórdão 35/2024, de 6 de maio, Joaquim Tavares Gomes v. STJ, Aperfeiçoamento por ausência de indicação de condutas que pretende que o TC escrutine, por imprecisão na definição dos amparos que almeja obter e falta parcial de junção de documentos essenciais à aferição de admissibilidade do pedido*, Rel: JCP Pina Delgado.

4.1. Por conseguinte, mantêm-se as mesmas dúvidas sobre as condutas que o recorrente pretende que se escrutine, posto que apesar de apresentar um conjunto de atos que diz serem as condutas que pretende que sejam escrutinadas por esta Corte, fá-lo em jeito de solicitação de parecer ao Tribunal sobre a constitucionalidade e legalidade dos mesmos.

4.2. Assim sendo, fica frustrado o objetivo de aperfeiçoamento, determinando a inadmissão do recurso de amparo por não correção da peça, quando está em causa pressuposto insuprível: a identificação da(s) conduta(s) à(s) qual(is) se imputa(m) violação(ões) de direito(s).

4.3. A mesma orientação foi adotada, sem qualquer desvio, pelos seguintes arestos: *Acórdão 96/2023, de 13 de junho, Hélio dos Santos Abreu v. STJ, Inadmissibilidade por Falta de Junção Tempestiva de Documentos Determinados por Acórdão de Aperfeiçoamento*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 69, 22 de junho de 2023, pp. 1363-1365; *Acórdão 106/2023, de 26 de junho, Braime Hilique Semedo Tavares v. STJ, Inadmissão por não aperfeiçoamento das insuficiências de que o recurso padece*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 75, 13 de julho de 2023, pp. 1469-1471; *Acórdão 110/2023, de 28 de junho, Djanine Gomes Rosa v. TRB, Não admissão por não esgotamento das vias legais de recurso*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 75, 13 de julho de 2023, pp. 1486-1491; *Acórdão 119/2023, de 12 de julho, Alberto Monteiro Alves v. TRB, Inadmissão por não aperfeiçoamento das insuficiências de que o recurso padece*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 81, 1 de agosto de 2023, pp. 1613-1615; *Acórdão 130/2023, de 1 de agosto, Pedro dos Santos da Veiga e Outros v. TRS, Inadmissibilidade por falta de correção de deficiências da petição inicial e falta de junção de documentos determinados pelo acórdão de aperfeiçoamento*, Rel: JCP Pina



Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 87, 17 de agosto de 2023, pp. 1860-1865; *Acórdão 134/2023, de 3 de agosto, Ângelo Rodrigues Semedo v. STJ, Inadmissão por não aperfeiçoamento das insuficiências de que o recurso padece*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 87, 17 de agosto de 2023, pp. 1877-1880; *Acórdão 153/2023, de 4 de setembro, Paulo Virgílio Tavares Lopes v. STJ, Inadmissão por não aperfeiçoamento das insuficiências de que o recurso padece*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 95, 12 de setembro de 2023, pp. 2054-2057; *Acórdão 187/2023, de 20 de dezembro, Anderson Marquel Duarte Soares v. TRB, Inadmissão por não aperfeiçoamento das insuficiências de que o recurso padece*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 4, 11 de janeiro de 2024, pp. 46-50.

### III. Decisão

Pelo exposto, os Juízes do Tribunal Constitucional reunidos em plenário decidem não admitir o recurso de amparo, ordenando o seu arquivamento.

Registe, notifique e publique.

Praia, 29 de maio de 2024

*José Pina Delgado* (Relator)

*Aristides R. Lima*

*João Pinto Semedo*

**ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 29 de maio de 2024.

O Secretário,

*João Borges*